

# **Demonstrações Financeiras**

## **Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.**

31 de dezembro de 2020  
com Relatório do Auditor Independente

# Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.

## Demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

### Índice

Relatório da Administração .....	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras .....	2
Balanço patrimonial .....	5
Demonstração do resultado .....	6
Demonstração do resultado abrangente .....	7
Demonstração da mutação do patrimônio líquido .....	8
Demonstração do fluxo de caixa .....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	10

## Relatório da Administração

A Administração da Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“LNT” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras acompanhadas do respectivo relatório dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

### A Companhia

A LNT é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída no exercício de 2017, que tem por objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica no estado do Rio Grande do Norte, proveniente do Leilão ANEEL nº 005/2016.

A LNT é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”).

### Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades de “back-office” para atividades administrativas da LNT e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

### Política de Qualidade

A LNT, respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionadas à execução dos serviços de operação e manutenção de transmissão de energia elétrica.

### Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião dos auditores independentes da Companhia expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

### Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. (“EY Brasil”) para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 pelo valor de R\$93 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes**

Conforme mencionado na nota explicativa 2.5, em decorrência dos efeitos de revisão das taxas de desconto dos fluxos financeiros dos contratos de concessão e respectivos efeitos nas margens de construção, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta  
Contadora CRC-1RJ101080/O-0

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explica- tiva	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	01/01/2019 (Reapresentado)		Nota explica- tiva	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	01/01/2019 (Reapresentado)
<b>Ativos</b>					<b>Passivos</b>				
<i>Ativos circulantes</i>					<i>Passivos circulantes</i>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.932	2.673	4.048	Fornecedores		496	6	1.659
Contas a rec. de concessionárias e permissionárias		1.444	1.177	-	Empréstimos e financiamentos	11	6.070	892	-
Ativo de contrato de concessão	6	11.260	11.788	9.775	Impostos e contribuições sociais	7	177	-	-
Impostos e contribuições sociais	7	132	6	-	Taxas regulamentares		107	53	-
Outras contas a receber		270	-	424	Dividendos a pagar	10	3.732	6.015	1.029
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>21.038</b>	<b>15.644</b>	<b>14.247</b>	Outras contas a pagar		174	128	24.509
					<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>10.756</b>	<b>7.094</b>	<b>27.197</b>
<i>Ativos não circulantes</i>					<i>Passivos não circulantes</i>				
Títulos e valores mobiliários	5	4.878	-	-	Empréstimos e financiamentos	11	54.394	54.035	4.515
Cauções e depósitos vinculados		-	2.221	-	Impostos e contribuições diferido	8	3.763	3.778	2.520
Impostos e contribuições sociais		-	-	256	Tributos diferidos	9	4.453	4.478	2.126
Ativo de contrato de concessão	6	110.976	110.864	59.260	<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>62.610</b>	<b>62.291</b>	<b>9.161</b>
Imobilizado		9	90	806	<b>Total dos passivos</b>		<b>73.366</b>	<b>69.385</b>	<b>36.358</b>
Outras contas a receber		-	-	17	Capital social		41.116	39.943	15.700
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>115.863</b>	<b>113.175</b>	<b>60.339</b>	Reserva de lucros		19.683	19.491	3.479
					Reserva AFAC		-	-	19.049
					Dividendos adicionais propostos		2.736	-	-
					<b>Total do patrimônio líquido</b>	12	<b>63.535</b>	<b>59.434</b>	<b>38.228</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>136.901</b>	<b>128.819</b>	<b>74.586</b>	<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<b>136.901</b>	<b>128.819</b>	<b>74.586</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	2020	2019 (Reapresentado)
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas		1.569	41.255
Remuneração do ativo de contrato de concessão		9.879	20.618
Receita operacional líquida	17	<u>11.448</u>	<u>61.873</u>
Pessoal		(281)	-
Material		(1.584)	(35.677)
Serviços de terceiros		(754)	-
Outros custos operacionais		(64)	-
Custos operacionais	18	<u>(2.683)</u>	<u>(35.677)</u>
Lucro Bruto		<u>8.765</u>	<u>26.196</u>
Pessoal		-	(113)
Serviços de terceiros		(193)	(889)
Depreciação e amortização		(1)	(70)
Outras despesas administrativas		(180)	(228)
Despesas operacionais	18	<u>(374)</u>	<u>(1.300)</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras, líquidas dos impostos e das contribuições		<u>8.391</u>	<u>24.896</u>
Receitas financeiras		103	206
Despesas financeiras		(4.271)	(2.095)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	19	<u>(4.168)</u>	<u>(1.889)</u>
Lucro antes dos impostos e das contribuições		<u>4.223</u>	<u>23.007</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(397)	(357)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		14	(1.651)
Imposto de renda e contribuição social	13	<u>(383)</u>	<u>(2.008)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>3.840</u>	<u>20.999</u>
Lucro por Ação			
Lucro por ação - básico e diluído (em R\$)	16	<u>0,09339</u>	<u>0,52572</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<u>2020</u>	<u>2019</u> (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	<u>3.840</u>	<u>20.999</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>3.840</u></u>	<u><u>20.999</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

		Capital social	AFAC	Reserva de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
				Legal	Reserva especial			
Saldos em 01 de janeiro de 2019 (Reapresentado)		15.700	19.049	218	3.261	-	-	38.228
AFAC		-	5.194	-	-	-	-	5.194
Aumento de Capital		24.243	(24.243)	-	-	-	-	-
<i>Destinação do lucro do exercício</i>								
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	20.999	20.999
Reserva legal		-	-	1.050	-	-	(1.050)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(4.987)	(4.987)
Destinação para reserva de lucros		-	-	-	14.962	-	(14.962)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	12	39.943	-	1.268	18.223	-	-	59.434
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.173	-	-	-	-	-	1.173
<i>Destinação do lucro do exercício</i>								
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	3.840	3.840
Reserva legal		-	-	192	-	-	(192)	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	2.736	(2.736)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(912)	(912)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12	41.116	-	1.460	18.223	2.736	-	63.535

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa	2020	2019 (Reapresentado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício	16	3.840	20.999
Ajustes para:			
Remuneração do ativo de contrato de concessão	6 e 17	(9.879)	(20.618)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	6 e 17	(838)	(3.792)
Receita de implementação de infraestrutura		-	(38.982)
Receita de aplicação financeira	19	(103)	(206)
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprest e Financ	11	4.051	2.153
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	397	357
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(14)	1.651
PIS e COFINS diferidos		(24)	1.958
Depreciação a amortização		1	70
Provisão de parcela variável		50	-
Custo de implementação de infraestrutura		-	35.677
		<u>(2.519)</u>	<u>(733)</u>
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>			
Redução no saldo do ativo contrato de concessão	6	11.133	9.775
Aumento nos contas a receber de concessionárias e permissionárias		(317)	(1.160)
Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos		111	1.110
(Redução) aumento no saldo de fornecedores		490	(37.330)
(Redução) no saldo de taxas regulamentares		54	53
(Redução) aumento no saldo de outras contas a receber		(271)	424
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar		47	(24.381)
		<u>11.247</u>	<u>(51.509)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>8.728</u>	<u>(52.242)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(457)</u>	<u>(1.217)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>8.271</u>	<u>(53.459)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Redução (aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários	5	(4.775)	-
Cauções e depósitos vinculados		2.221	(2.015)
(Adições) no imobilizado e intangível		80	646
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		<u>(2.474)</u>	<u>(1.369)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Captação de empréstimos e financiamentos		2.780	49.712
Pagamento de empréstimos e financiamentos – juros		(1.294)	(1.453)
Aumento de capital		-	5.194
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.173	-
Pagamento de dividendos		(3.197)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(538)</u>	<u>53.453</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>5.259</u>	<u>(1.375)</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa		2.673	4.048
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa		<u>7.932</u>	<u>2.673</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>5.259</u>	<u>(1.375)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("LNT" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09 de junho de 2017, que tem por objeto social explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, a construção, a operação e a manutenção de instalações de transmissão, incluindo serviços de apoio e administrativos, necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e nos regulamentos em vigor.

A Companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção das instalações localizadas no estado do Rio Grande do Norte, sendo (i) LT 230 kV Lagoa Nova II - Currais Novos II, CD, com 28 km, e (ii) SE Currais Novos II 230/69 kV, 2 x 100 MVA, nos termos do Contrato de Concessão nº 30/2017 celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por um prazo de 30 anos. A Companhia finalizou suas obras e entrou em operação em março de 2019.

A LNT passou a ser uma controlada integral da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") a partir de 13 de março de 2020, e de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1 Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 20 de abril de 2021.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Ativo de contrato de concessão - A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance (implementar, operar e manter as infraestruturas de transmissão).

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato de concessão é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida com base nos gastos incorridos, acrescidos de margem de construção.

A parcela do ativo de contrato de concessão indenizável final é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro atribuída a obrigação de performance de implementação da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre os projetos implementados pela Companhia, onde são levados em consideração diversos fatores, como (i) características e complexidade dos projetos, (ii) cenário macroeconômico e (iii) expectativa de investimentos e recebimentos.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

A taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão de cada contrato de concessão.

Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato de concessão é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera os custos incorridos, bem como a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. A receita de operação e manutenção sofrerá alteração em função da inflação, conforme índice de atualização previsto em contrato de concessão, Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

b) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

c) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos – São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

#### 2.4. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

#### 2.5. Reapresentações dos valores correspondentes

A Companhia identificou reclassificações e equalizações de práticas contábeis aplicáveis às informações relativas aos períodos anteriores, bem como revisou as premissas utilizadas para cálculo do seu ativo de contrato de concessão conforme orientação da CVM através do Ofício Circular nº 04/2020 de 1º de dezembro de 2020, que forneceu orientações quanto a aspectos relevantes do CPC 47 e do CPC 48 para as companhias transmissoras de energia elétrica principalmente relacionados a: (i) determinação e atribuição de margem de implementação da infraestrutura ao longo do período das obras; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto os ativos dos contratos de concessão; (iii) orientação quanto a classificação dos ativos da Lei 12.783 – SE como Ativo de contrato; (iv) segregação em rubrica específica na Demonstração de Resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; e (v) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) em função de alteração na base regulatória (BRR) ou na taxa de remuneração de capital (WACC regulatória) em rubrica abaixo da margem operacional.

A Companhia adequou suas práticas contábeis em relação ao seu ativo de contrato, revisando suas estimativas e julgamentos sobre a margem e taxa de remuneração do projeto (taxa implícita), visto que no modelo anterior utilizava a WACC regulatória estabelecida pela ANEEL. Com isso, a Companhia identificou os seguintes impactos, líquidos de impostos: (i) R\$11.872 para o exercício de 2019, registrados no resultado do exercício; e (ii) R\$174 positivos para exercícios anteriores, registrados no Patrimônio Líquido.

Com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia apurou os impactos e reapresentou cada uma das linhas afetadas na demonstração financeira de períodos anteriores, da seguinte forma:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balço Patrimonial	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos	01/01/2019 (Publicado)	01/01/2019 (Reapresentado)	Impactos
<b>Ativo</b>						
Ativos circulantes não afetados	15.644	15.644	-	14.247	14.247	-
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>15.644</b>	<b>15.644</b>	<b>-</b>	<b>14.247</b>	<b>14.247</b>	<b>-</b>
Ativo de contrato de concessão	97.948	110.864	12.916	59.074	59.260	186
Outros ativos não circulantes não afetados	2.311	2.311	-	1.079	1.079	-
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>100.259</b>	<b>113.175</b>	<b>12.916</b>	<b>60.153</b>	<b>60.339</b>	<b>186</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>115.903</b>	<b>128.819</b>	<b>12.916</b>	<b>74.400</b>	<b>74.586</b>	<b>186</b>
<b>Passivo</b>						
Dividendos a pagar	3.197	6.015	2.818	1.029	1.029	-
Passivos circulantes não afetados	1.079	1.079	-	26.168	26.168	-
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>4.276</b>	<b>7.094</b>	<b>2.818</b>	<b>27.197</b>	<b>27.197</b>	<b>-</b>
Impostos e contribuições diferidos	3.380	3.778	398	2.513	2.520	7
Tributos diferidos	4.005	4.478	473	2.121	2.126	5
Outros passivos não circulantes não afetados	54.035	54.035	-	4.515	4.515	-
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>61.420</b>	<b>62.291</b>	<b>871</b>	<b>9.149</b>	<b>9.161</b>	<b>12</b>
Capital social	39.943	39.943	-	15.700	15.700	-
Reserva de lucros	10.264	19.491	9.227	3.305	3.479	174
Reserva AFAC	-	-	-	19.049	19.049	-
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>50.207</b>	<b>59.434</b>	<b>9.227</b>	<b>38.054</b>	<b>38.228</b>	<b>174</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>115.903</b>	<b>128.819</b>	<b>12.916</b>	<b>74.400</b>	<b>74.586</b>	<b>186</b>

Demonstração do Resultado do exercício	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas	39.133	41.255	2.122
Remuneração do ativo de contrato de concessão	10.509	20.618	10.109
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>49.642</b>	<b>61.873</b>	<b>12.231</b>
Custos operacionais	(35.709)	(35.677)	32
<b>Resultado Bruto</b>	<b>13.933</b>	<b>26.196</b>	<b>12.263</b>
Despesas operacionais	(1.300)	(1.300)	-
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas, e dos impostos e contribuições</b>	<b>12.633</b>	<b>24.896</b>	<b>12.263</b>
Resultado financeiro	(1.889)	(1.889)	-
<b>Resultado antes dos impostos e contribuições</b>	<b>10.744</b>	<b>23.007</b>	<b>12.263</b>
Impostos e contribuições	(1.617)	(2.008)	(391)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>9.127</b>	<b>20.999</b>	<b>11.872</b>

Demonstração do resultado abrangente	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Resultado do exercício	9.127	20.999	11.872
Outros resultados abrangentes	-	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>9.127</b>	<b>20.999</b>	<b>11.872</b>

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2019	38.054	38.228	174
Resultado líquido do exercício	9.127	20.999	11.872
Dividendos distribuídos	(2.167)	-	2.167
Dividendos mínimos obrigatório	-	(4.987)	(4.987)
Outros itens não afetados	5.194	5.194	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Total do Patrimônio Líquido	50.208	59.434	(9.226)

Demonstração do Fluxo de caixa	31/12/2019 (publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Lucro líquido do exercício	9.127	20.999	11.872
Itens que não afetam o caixa operacional			
Receita de construção	(40.152)	-	40.152
Receita de Implementação de infraestrutura	-	(38.982)	(38.982)
Remuneração do ativo de contrato de concessão	(10.509)	(20.618)	(10.109)
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-	(3.792)	(3.792)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	1.651	1.651
PIS e COFINS diferidos	1.492	1.959	467
IRPJ e CSLL diferidos	1.259	-	(1.259)
Outros itens não afetados	(14.676)	(14.676)	-
Caixa Gerado pelas atividades operacionais	(53.459)	(53.459)	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Outros itens não afetados	(1.369)	(1.369)	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	(1.369)	(1.369)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Outros itens não afetados	53.453	53.453	-
Caixa líquido das atividades de financiamentos	53.453	53.453	-
Redução/(Aumento) líquido de caixa	(1.375)	(1.375)	-
Caixa no início do exercício	4.048	4.048	-
Caixa no final do exercício	2.673	2.673	-
Redução/(Aumento) líquido de caixa	(1.375)	(1.375)	-

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

#### 3.1. Reconhecimento de receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

não sofre alterações posteriores. A taxa implícita utilizada pela Companhia incide sobre o montante a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa em 8,66% ao ano.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

### 3.2. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

### 3.3. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (“impairment”) - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

### 3.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### 3.5. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

### 3.6. Normas e interpretações novas e revisadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- (i) O que significa um direito de postergar a liquidação;
- (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	944	46
Aplicações financeiras	6.988	2.627
	<b>7.932</b>	<b>2.673</b>

Taxa de rentabilidade anual acumulada	31/12/2020	31/12/2019
CDB e Operações Compromissadas	101,41% do CDI	-

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Fundo de investimentos</u>		
BNB Automático FI RF curto prazo	4.878	-
Ativo não circulante	<b>4.878</b>	<b>-</b>
<u>Taxa de rentabilidade acumulada</u>		
Fundo	22,12% do CDI	-

Fundo BNB Automático - Fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Banco BNB, que tem como característica aplicar em títulos de emissão do Tesouro Nacional com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito. Fundo constituído para atender às cláusulas restritivas do contrato de financiamento com o BNB.

#### 6. ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

Linha de transmissão	31/12/2019 (Reapresentado)	Remuneração	Correção Monetária	Recebimento	31/12/2020
LT Lagoa Nova II - Currais Novos II e SE Currais Novos - RN	122.652	9.879	838	(11.133)	122.236

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Linha de transmissão	31/12/2019 (Reapresentado)	Remuneração	Correção Monetária	Recebimento	31/12/2020
Circulante	11.788				11.260
Não circulante	110.864				110.976

Linha de transmissão	01/01/2019 (Reapresentado)	Adição	Remuneração	Correção Monetária	Recebimento	31/12/2019 (Reapresentado)
LT Lagoa Nova II - Currais Novos II e SE Currais Novos - RN	69.035	38.982	20.618	3.792	(9.775)	122.652
Circulante	9.775					11.788
Não circulante	59.260					110.864

- Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação de infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação de infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP - A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas Demais Instalações de Transmissão - DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

- Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2020-2021			Ciclo 2019-2020		
Resolução 2.725 de 14/07/2020			Resolução 2.565 de 25/06/2019		
Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021			Período: de 01/07/2019 a 30/06/2020		
RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
12.854	(525)	12.329	12.617	(756)	11.861

## 7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar / IRRF sobre aplicações financeiras	128	-
Impostos e contribuições retidos	4	6
Ativo circulante	132	6
IRPJ e CSLL correntes	98	-
PIS e COFINS	49	-
INSS e FGTS	13	-
ISS	17	-
Passivo circulante	177	-

## 8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre diferenças temporárias – Passivo (*)	3.763	3.778

(\*) Valores substancialmente relacionados à aplicação do CPC 47.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 9. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS – Passivo (a)	4.453	4.478

(a) Valores referentes à aplicação do CPC 47.

## 10. PARTES RELACIONADAS

### I – Outras Contas a Pagar – OCP

REF	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
1	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de "back-office" - Taesa	R\$10 Valor mensal	15/06/2020 a 15/06/2025	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Não houve.
2	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de O&M - Taesa	R\$24 Valor mensal	15/05/2020 a 15/05/2025	Multa de 2% a. m. + juros de mora de 1%/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido nos seguintes casos: Inadimplemento comprovado de qualquer cláusula contratual, Incapacidade técnica, recuperação judicial.	Não houve.
3	OCP x disponibilidades - reembolso de despesas - Taesa (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
1	Serviços de "back-office" - Taesa	10	-	63	-
2	Serviços de "O&M" - Taesa	24	-	183	-
3	Reembolso - Taesa	2	-	-	-
		<b>36</b>	<b>-</b>	<b>246</b>	<b>-</b>

### II – Dividendos a pagar

	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Rialma Participações S.A.	-	3.197
Taesa	3.732	2.818
	<b>3.732</b>	<b>6.015</b>

### III - Remuneração dos diretores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

## 11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiador	Data de assinatura	Características do empréstimo			
		Valor contratado e liberado	Vencimento final	Encargos financeiros anuais	Parcelas a vencer
Banco do Nordeste	27/04/2018	62.750	15/05/2038	Taxa fixa de 2,1087% a.a.	209

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2019	Captação / Custos	Juros incorridos / Amort. custos	Juros pagos	31/12/2020
Banco do Nordeste	54.927	2.780	4.051	(1.294)	60.464
Circulante	892				6.070
Não circulante	54.035				54.394

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas “covenants” não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de dezembro de 2020, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

As informações relativas a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 15.

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2020, o capital social totalmente integralizado era de R\$41.116, representado por 41.116.290 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2019, o capital social totalmente integralizado era de R\$39.943, representado por 39.943.259 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal).

Reservas de lucro – (a) Reserva legal - constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e (b) Reserva de especial – constituída com base no artigo 202, inciso III, parágrafo 5º da Lei nº 6.404/76.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

### Destinação do lucro líquido do exercício

Destinação do lucro do exercício	2020	2019 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	3.840	20.999
- Reserva legal (5%)	(192)	(1.050)
- Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(912)	(4.987)
- Dividendos adicionais propostos	(2.736)	-
- Reserva especial	-	(14.962)

Destinação de lucros acumulados	2020	2019 (Reapresentado)
- Lucros acumulados - 01/01/2019	-	174
- Reserva especial	-	(174)

## 13. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Correntes - Calculados sobre a receita bruta com base no regime do lucro presumido.

Reconciliação da taxa efetiva	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	12.075	12.075	64.360	64.360
(+/-) Parcela antecipada - superávit/déficit	(273)	(273)	-	-
Provisão parcela variável	(31)	(31)	-	-
Diferença entre regime de caixa e competência	505	505	(53.618)	(53.618)
	12.276	12.276	10.742	10.742

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Reconciliação da taxa efetiva	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Percentual	8%	12%	8%	12%
	982	1.473	859	1.289
Demais receitas:				
Renda de aplicação financeira	103	103	142	142
	103	103	142	142
Base de cálculo	1.085	1.576	1.001	1.431
Imposto de renda - 15%	(163)	-	(150)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(85)	-	(78)	-
Contribuição social - 9%	-	(142)	-	(129)
Ajuste de provisão - períodos anteriores	(4)	(3)	-	-
Total de despesa	(252)	(145)	(228)	(129)
Total de IRPJ e CSLL		(397)		(357)

**Diferidos** - Registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos (que afetem diretamente a receita, uma vez que a Companhia é tributada pelo lucro presumido) e o respectivo valor contábil, incluindo-se entre elas os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14.

	2020	2019
Imposto de renda	9	(1.214)
Contribuição social	5	(437)
	14	(1.651)

#### 14. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, e possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto. Esse fato é uma consequência das coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. A Companhia mantém apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques, e possui cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - "Director and Officer - D&O" e de frota.

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização	Prêmio
Responsabilidade civil Geral	AXA	20/09/2020 a 19/09/2021	10.000	-
Risco operacional	FAIRFAX	02/05/2020 a 01/05/2021	81.000	88
Responsabilidade Civil de Diretores e administradores	ZURICH	18/09/2020 a 18/09/2021	40.000	-

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

#### 15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

##### 15.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de mercado (risco de moeda, de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

## 15.2 Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

## 15.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativos financeiros</b>		
Valor justo através do resultado:		
- Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras	11.866	2.627
- Cauções e depósitos vinculados	-	2.221
- Caixa e bancos	944	46
Custo amortizado:		
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	1.444	1.177
	<b>14.254</b>	<b>6.071</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	496	6
- Empréstimos e financiamentos	60.464	54.927
	<b>60.960</b>	<b>54.933</b>

## 15.4. Risco de mercado

### 15.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras, cujo risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

### 15.4.2. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índice	31/12/2020	Cenário provável em 31/12/2021
CDI (a)	2,75%	4,50%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(a) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), 12 de Março de 2021 – Fonte Externa Independente.

Exposição Líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2020	Efeito Provável no LAIR - 2021 - (redução)
Ativos financeiros – Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários - CDI	11.866	208

### 15.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

### 15.6. Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A Companhia possui empréstimos bancários que contêm cláusulas restritivas ("*covenants*"), que se não cumpridas, pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data de vencimento.

A tabela a seguir: (i) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos; (ii) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações; e (iii) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Financiamentos	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixada	604	1.605	4.269	18.935	69.510	94.923

### 15.7 Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à re colocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Administração da Companhia é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

#### 15.8. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

##### 15.8.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	Hierarquia do valor justo
Equivalentes de caixa	4	6.988	4	Nível 2
Títulos e valores mobiliários	5	4.878	-	Nível 2

## 16. LUCRO POR AÇÃO

	2020	2019 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	3.840	20.999
Quantidade de ações ordinárias	41.116	39.943
Lucro por ação ordinária – básico e diluído	0,09339	0,52572

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

## 17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2020	2019 (Reapresentado)
Remuneração do ativo de contrato de concessão	9.879	20.618
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	838	3.792
Operação e manutenção	1.731	968
Receita de implementação de infraestrutura	-	38.982
Parcela variável (a)	(50)	-
Outras receitas	(323)	-
Receita operacional bruta	12.075	64.360
PIS e COFINS correntes	(463)	(393)
PIS e COFINS diferidos	24	(1.958)
Encargos setoriais (b)	(188)	(136)
Deduções da receita	(627)	(2.487)
Receita Operacional Líquida	11.448	61.873

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(a) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A PV pode ser classificada em *Não programada*, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em *Programada* quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão. (b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Margens das obrigações de performance	2020	2019
<b>Implementação de infraestrutura</b>		
- Receita	-	38.982
- Custos	-	(35.677)
Margem (R\$)	-	3.305
Margem percebida (%)	N/A	8,48%
<b>Operação e Manutenção – O&amp;M</b>		
- Receita	1.731	968
- Custos	(2.683)	-
Margem (R\$) (*)	(952)	968
Margem percebida (%)	-55,00%	100,00%

(\*) A margem negativa decorre da diferença entre valores realizados e orçados para os custos de operação e manutenção, visto que a segregação das receitas contratuais é definida no início do projeto e é realizada com base nos custos acrescidos de margem. Ressalta-se que as receitas contratuais (infraestrutura e operação e manutenção), comparadas aos custos, geram margem positiva para o projeto como um todo.

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis de IRPJ e CSLL	2020	2019 (Reapresentado)
Receita operacional bruta	12.075	64.360
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa e outros	201	(53.618)
Receita operacional bruta tributável	12.276	10.742

## 18. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2020	2019
-Remuneração direta	(192)	(2)
-Benefícios	(50)	(110)
-FGTS e INSS	(39)	(1)
<b>Pessoal</b>	<b>(281)</b>	<b>(113)</b>
- Custo de implementação de infraestrutura	-	(35.677)
- O&M	(1.513)	-
- Outros	(71)	-
<b>Materiais</b>	<b>(1.584)</b>	<b>(35.677)</b>
Serviços de terceiros	(947)	(889)
Depreciação e amortização	(1)	(70)
Outros custos e despesas operacionais	(244)	(228)
<b>Total custos e despesas</b>	<b>(3.057)</b>	<b>(36.977)</b>

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e das despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com serviços de terceiros: custos com operação, manutenção, compartilhamento de instalações, viagens, transporte, vigilância e limpeza, auditoria e consultoria técnica, energia elétrica.

Outros custos e despesas operacionais: custos e despesas com aluguéis, patrocínio, seguros, impostos, contribuições e taxas.

## 19. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2020	2019
Renda de aplicação financeira	103	206
Receitas financeiras	103	206

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2020	2019
Empréstimos e financiamentos		
- Encargos e custos de Captação	(4.051)	(2.153)
Outras despesas financeiras, líquidas	(220)	58
Despesas financeiras	(4.271)	(2.095)
	(4.168)	(1.889)

## 20. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Serviço de Operação dos ativos - A Companhia contratou a Taesa para realização das atividades de operação e manutenção de suas instalações. Os valores de passivo e custo foram apresentados na nota explicativa nº 10 – Partes relacionadas.

## 21. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas a Companhia						
Empresa	Trecho	Licença para Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor	
LNT	LT Currais Novos II - Lagoa Nova II	111138/2017	08/12/2017	08/12/2023	IDEMA	(a)
	SE Currais Novos II	129600/2018	28/12/2018	28/12/2024		

(a) Licença simplificada.

COVID-19 - O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Companhia. Desde então, a Companhia, em conjunto com a Taesa, vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

- o Comunicação frequente e atualizada para os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- o Retorno gradual dos empregados ao trabalho presencial, cumprindo todos os protocolos e orientações dos órgãos de saúde, com acompanhamento de assessoria médica especializada;
- o Suspensão de viagens e reuniões presenciais;
- o Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- o Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- o Vacinação contra a gripe influenza para o grupo de risco;
- o Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico.

Demonstração Contábil Regulatória - DCR - A demonstração contábil regulatória, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, será disponibilizada no sítio eletrônico da

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Companhia até 30 de abril de 2021, conforme determinado pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

## 22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Alteração da Diretoria – Em 23 de março de 2021 a AGE da Companhia elegeu o Sr. André Augusto Telles Moreira como Diretor Presidente, Sr. Erik da Costa Breyer como Diretor Financeiro, Sr. Marco Antônio Resende Faria como Diretor Técnico e Diretor Jurídico e Regulatório, Sr. Fábio Antunes Fernandes Diretor de Negócios e Sr. Luis Alessandro Alves como Diretor de Implantação.

\*\*\*\*\*

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra  
forma)

Diretoria	
Nomes	Cargo
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Erik da Costa Breyer	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Jurídico e Regulatório
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

Wagner Rocha Dias  
Contador CRC RJ-112158/O-3  
CPF nº 778.993.777-49